

VIVENDO ENTRE DOIS MUNDOS: OS EVANGÉLICOS E A POLÍTICA DENTRO E FORA DOS TEMPLOS FRENTE ÀS ELEIÇÕES DE 2010

*Mauro Meirelles*¹

*Adriana Weege*²

*Mariana Reinisch Picolloto*³

Resumo: Sempre que se aproximam as eleições surge o questionamento, especialmente no meio evangélico: participar ou não participar? Se envolver ou não se envolver com as coisas do mundo? É sobre a forma como se dá a tensão entre o sagrado e o profano, entre as coisas do mundo e as coisas de Deus, que nos ocupamos no presente texto. É sobre a vivência que diversos segmentos religiosos tem desta tensão e a forma como lidam com esses dois mundos que trata o presente artigo. Em especial, enfocaremos aqui o campo evangélico e nossa experiência de campo e trabalho no interior deste segmento nos últimos anos, de modo que, por um lado, analisaremos suas práticas cotidianas e, por outro, suas teologias e/ou teleologias, no sentido de trabalhar com toda a escatologia que cerca esse momento de grande efervescência social e religiosa, pelo menos, para alguns grupos mais próximos das questões mundanas e do mundo da política.

Palavras-chave: religião; política; eleições; luteranos; pentecostais.

Abstract: Whenever the elections get closer, it appears the questioning, specially about the evangelicals: participate or not participate? Get involved or not with the things of the world? It is about the way that the tensions happen to exist between the sacred and the profane, between the things of the world and the things of the spiritual life, of God that we discuss in the present article. It's also about, the experiences that several religious segments have on this tension and on the ways of how they deal with these two worlds that this present article treats. In particularly, we will focus here on the evangelic field and on our experiences of field and work in the inside of this segment in the last few years, so that, on one hand we will analyze their daily practices and in another hand we will analyze their theologies and/or teleology in the sense of working with all the scatology that surrounds this moment of great social and religious bubbling, at least, for some groups, these closer to mundane questions and the world of politics.

Keywords: religion; politics; elections; lutherans; pentecostals.

¹ Doutorando em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS).

² Mestre em Teologia (Faculdades EST).

³ Aluna do curso de Ciências Sociais e bolsista IC PIBIC/UFRGS.

INTRODUÇÃO

Num mundo cada vez mais moderno onde a separação entre os diversos campos do conhecimento se transforma em algo cada vez mais premente, pensar o político e o religioso no âmbito dos processos eleitorais é uma tarefa que exige de nós um certo esforço no sentido de pensarmos, também, o cotidiano e a vida daqueles que professam alguma religião em termos das coisas sagradas e das coisas profanas, das coisas de Deus e das coisas do mundo. Neste sentido, existe uma série de estudos que se ocupam do tema da secularização religiosa e que tem mostrado haver entre esses dois campos diversos pontos de aproximação e de afastamento, dependendo do ângulo por onde olhamos e dos sujeitos com os quais nos ocupamos.

Em termos práticos e nos referindo a própria teologia e/ou teleologias que guiam esses diferentes grupos, temos que diferentes posições são assumidas tanto por católicos quanto por evangélicos e afro-brasileiros em relação a forma como eles se colocam ora no interior do campo religioso, ora no interior do campo político em função de diferentes referenciais semânticos. Sendo que, até mesmo no interior alguns grupos que se mostraram de certa forma homogêneos em termos de sua teologia, se mostram, em termos teleológicos, dotados de posições diferenciadas em relação a forma como lidam/operam com as coisas do mundo, balizando a maneira como se inserem na política.

Nesta direção tornou-se comum, de uns anos para cá, algumas denominações apresentarem, à época da eleição, sua posição em relação ao campo político no sentido de orientar o trabalho pastoral e a forma como seus representantes eclesiais deverão conduzir as questões do mundo quando, por ocasião deste momento específico, forem procurados por algum proponente a cargo público, seja ele membro da referida comunidade religiosa ou não. Isto posto, queiramos ou não, estas orientações elaboradas pelas cúpulas dirigentes das mais diversas denominações acabam tornando-se um elemento constituinte da posição que elas assumem em relação às coisas do mundo. Mas tais posições assumidas pela cúpula dessas igrejas muitas vezes vão de encontro a forma como os fiéis das mesmas se colocam no mundo

segundo suas crenças e preceitos religiosos gerando uma tensão entre as coisas do mundo e as coisas de Deus.

É desta tensão entre esses dois mundos que nos ocuparemos neste texto, em especial da forma como se dá a relação entre esses dois reinos, segundo as proposições de Martin Lutero.

1. OS DOIS REINOS DE MARTIN LUTERO

Lutero viveu numa época marcada por muitas guerras e/ou ameaças. Sobretudo, podemos fazer referência a disputa entre Carlos V, imperador do sacro império romano germânico e Francisco I, monarca francês, sendo esta uma das principais disputas da época que, aliada a Guerra dos Camponeses (1524-1525), envolveram diretamente Lutero. E foi neste contexto que governantes e teólogos começaram a se questionar acerca do uso legítimo do poder secular – ou da espada para usar o termo da época – pelos cristãos com vistas ao lido com os cristãos e as coisas do mundo. Neste sentido, a força que assumiu tal questão foi tão grande que esta deu origem aos escritos sobre a autoridade secular em que Lutero divide o mundo em dois reinos, a saber: o Reino de Deus e o Reino do Mundo.

O primeiro, o Reino de Deus seria composto pelos verdadeiros crentes enquanto que o segundo, o Reino do Mundo, pelas demais pessoas. No Reino de Deus Jesus Cristo é o Rei e Senhor e o que ensina, mantém e governa esse reino é o Evangelho do Reino, a Bíblia. Ou, como coloca Stahlhoeffler,

O Espírito Santo que habita no coração de cada crente ensina e efetua que ninguém faça o mal, mas que todos façam o bem, se sujeitem aos sofrimentos e as injustiças de boa vontade. Para os que estão no Reino de Deus não é necessário a espada ou o direito secular. E se todos fossem verdadeiros cristãos não seria necessário governantes, nem mesmo Lei (Tm 1.9), pois o justo faz por si mesmo aquilo que a lei exige, já o injusto não faz nada (2009, p. 243)

Mas, como ainda coloca o referido autor, nenhum ser humano é justo e cristão por natureza de modo que faz-se necessário que Deus exerça seu

poder através da lei para que não se pratique o mal. A lei, nesse sentido estrito, têm a função de, no Reino de Deus, conduzir o ser humano para a graça. A lei aponta para os nossos atos e mostra o quanto somos falhos, o quanto sozinhos não podemos ser bons diante das nossas falhas e que, diante disto, devemos perceber a graça divina. A lei pelos dois reinos serve pra punir os maus, para manter a ordem e evitar o caos.

Já no Reino do Mundo, composto pela maioria da humanidade, foi criado outro regimento, este último isolado do Reino de Deus e que submete a pessoa à espada, ao direito secular, onde, pela força, é assegurada a convivência social segundo suas próprias leis. E, é especificamente neste Reino do Mundo em que os homens governam a si próprios que se abre espaço para disputas políticas e para o ingresso do verdadeiro cristão nas coisas do mundo e, neste sentido na esteira do exposto por Stahlhoefffer (2009, p. 244),

Se alguém tivesse o desejo de governar o estado com o Evangelho e com isto eliminar a lei, com este ato estaria soltando criminosos da cadeia e considerando todos como batizados e cristãos, pois o evangelho perdoa pecados e não é um meio coercitivo como o é a lei.

Dado o exposto temos então que, segundo Lutero, faz-se necessário que estes dois reinos sejam distinguidos, devendo eles vigorarem lado a lado, pois nenhum em si basta para ordenar o mundo. De um lado, um regimento que torna o ser humano justo; de outro, outro que garante a paz exterior. Contudo, ninguém pode ser justificado só pelo regime secular, ainda que faça obras boas de acordo com a lei, pois lhe falta o Espírito Santo, o qual torna humanos justos e, sem o Espírito Santo, segundo esse princípio teológico, ninguém pode ser tornado justo. Em outras palavras, podemos dizer que onde reina somente o secular é grande a hipocrisia, ao mesmo tempo em que onde reina somente o espiritual reina também a maldade, uma vez que seres humanos sem as leis agem de forma equivocada.

Se a autoridade secular é assim útil para a manutenção da paz e da ordem temos então que o cristão a ela se submete pagando os impostos devidos e honrando princípios, mas em si, segundo o princípio proposto

para aqueles que vivem o Reino de Deus, o cristão não precisa da Lei, da autoridade secular, mas, por amor ao próximo e em função do bem comum se submete ao seu poder. Ainda segundo esse princípio, o cristão não deve se submeter apenas a espada, mas se necessário também empunhá-la no exercício da autoridade civil, pois segundo a teologia que orienta esse princípio, não há nenhum problema de um cristão exercer a autoridade civil, uma vez que, se a autoridade é constituída por Deus, essa não deve ser privilégio só dos gentios. De modo que, segundo esse princípio, crer ou não crer em algo é uma questão pessoal e não traz nenhum prejuízo para a autoridade secular, salvo, quando este poder é utilizado para o benefício próprio ou de um grupo específico.

Neste sentido a distinção entre os dois regimentos proposta por Lutero não advoga em favor da separação total da fé e da vida política, mas mostra que estas duas esferas estão relacionadas e complementam-se entre si de modo que não é vedado ao cristão candidatar-se e/ou participar da vida pública de sua cidade, estado ou país.

2. LUTERO E O PROTESTANTISMO

Lutero se posicionou diversas ocasiões politicamente e seu conceito vai desde sapatos até o imperador. Dentro de seu comentário no Catecismo Menor a respeito do “pão nosso de cada dia”, a petição da oração do Pai Nosso, Lutero inclui o bom governo como parte do pão de cada dia das pessoas, algo necessário para a dignidade das pessoas.

Em 31 de outubro de 1517, Lutero tornou públicas as suas 95 Teses na porta da igreja do Castelo de Wittenberg, na Alemanha, um posicionamento contra as práticas de venda de indulgências, cartas assinadas pelo Papa Leão X que prometiam o perdão para quem a comprasse, mesmo em favor de pessoas mortas. As indulgências neste formato haviam sido promulgadas e renovadas em 1514 em favor da construção da nova Igreja de São Pedro em Roma (LAU, 1974). Em seus estudos Lutero havia destacado, da carta de Paulo aos Romanos 1.17, que “o justo viverá por fé”. Ou seja,

o ser humano é tornado justo diante de Deus pela sua fé em Jesus, isto é, a Graça de Deus é manifestada na vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo, e quem nele põe sua confiança recebe a salvação eterna, pois também o ser humano em sua ética será diferente ao viver pela Palavra do Evangelho. As boas obras do ser humano não são capazes de conquistar a salvação eterna; são somente respostas de gratidão, são formas de servir ao próximo. A partir dessa descoberta se desdobram as suas demais posições éticas e políticas em seus escritos.

As 95 Teses tiveram uma repercussão maior do que Lutero havia suposto. Foi convocado para diversas reuniões e na Dieta de Worms, em 1521, foi coagido a retratar-se de seus escritos diante do Imperador Carlos V. Contudo, Lutero reafirma: “A não ser que alguém me convença pelo testemunho das Escrituras Sagradas ou com razões decisivas, não posso retratar-me (...) fui vencido pelos argumentos bíblicos que acabo de citar e minha consciência está presa à Palavra de Deus”.

A partir dessa negativa, passou a ser considerado herege e passível de morte, pois perdeu todos os seus direitos civis. Importante lembrar que neste período histórico o Imperador estava presente porque Igreja e Estado estavam unidos. Para Lutero nem a autoridade imperial e nem o Papa tinham o poder de alcançar e reprimir a sua consciência.

Em seu escrito *Da Autoridade Secular, Quanta Obediência que lhe é devida*, de 1523, dois aspectos importantes são oferecidos. No primeiro, Lutero pede que o cristão reconheça a autoridade como ordem divina. No segundo, não incentiva a rebelião, mas conclama a uma resistência psicológica, pois o Evangelho e a obediência ao mandamento de Deus precedem à obediência terrena (LAU, 1974).

A Doutrina dos Dois Reinos desenvolvida por Lutero foi a forma de demonstração que estas duas maneiras de governo, embora tivessem origem em Deus, desenvolviam papéis diferentes. O Estado, ou o Reino secular, tinha como razão controlar os maus, para, por meio de Deus, controlar o pecado e a maldade do mundo. Mesmo o crente, o papa, ou quem quer que seja, ainda que parta do reino espiritual, deve também ser submisso e estar sujeito ao governo civil. “A menos que este se chocasse com principio

de fé, neste caso o cristão deveria se submeter a sua fé e dizer como Pedro: “Antes importa obedecer a Deus do que a homens” (Atos 5.29).

Segundo Lutero, em assuntos de fé, o súdito deve seguir a sua consciência, ainda que para isso seja necessário desobedecer a autoridade secular e estar disposto a suportar as conseqüências sem retaliação; ou seja, o cristão não deve praticar o mal, mas suportá-lo se necessário. Já à igreja, a quem cabe o governo espiritual, estão reservadas as questões de fé, especialmente pregar o Evangelho. Em seu manifesto de 1520, “À Nobreza Cristã da Nação Alemã”, Lutero faz questão de deixar muito claro seu parecer sobre as atribuições e os limites do governo espiritual.

Que não cuidem senão das questões de fé e bons costumes, deixando para os juizes seculares aquelas que tangem a dinheiro, bens matéris e corpo ou honra. Por isso o poder secular não deve permitir a excomunhão e processos em casos que não se referem à fé ou vida correta. O poder espiritual deve reger os bens espirituais, tal como o ensina a razão. Bens espirituais, entretanto, não são dinheiro nem coisas materiais, mas fé e boas obras.

No mesmo escrito, Lutero afirma que se deve abandonar o luxo e a ostentação, controlar o comércio, combater a usura, monopólios e casas de prostituição. Lutero lembra que não é questão de uma única explicação a respeito destes dois reinos, mas de constante pregação:

preciso inculcar, pregar, cravar e fazer engolir sempre essa diferença dos dois reinos, ainda que seja dito e escrito tantas vezes que se torne enfadonho. Porque o desgraçado do diabo também não pára de misturar os dois reinos na mesma panela e no mesmo barril. As autoridades mundanas sempre querem, em nome do diabo, ensinar a Cristo e prescrever-lhe como deve conduzir sua Igreja e exercer o seu regime espiritual. Assim, os falsos clérigos e espíritos sectários querem ensinar e prescrever sempre, não em nome de Deus, como se deve organizar o regime secular. (EBELING, 1988)

Expostos alguns pontos da visão de Lutero cabe retomar que é por demais simples imaginar que cristãos não devam se envolver em política. Lutero insiste na garantia de que os papéis sejam muito bem definidos. O

Estado não tem poder sobre a consciência pessoal e a Igreja tem em seu papel de governo espiritual zelar pelo Evangelho. A Igreja está sob a Constituição e deve obedecer-lhe, mas cabe à Igreja a tarefa de cobrar do Estado que suas estruturas estejam a serviço da população e não que este seja uma máquina opressora e de benefícios próprios. Amar ao próximo significa também amar os inimigos e os não cristãos, isto é, conforme dito no livro *Da liberdade Cristã*, (1998) “o cristão é servidor de todas as coisas e sujeito à todos”, ou seja, atuar para que todos possam ter acesso a condições dignas. Obedecer às autoridades, mas resistir, se estas promovem estruturas que coisificam a criação de Deus.

Hoje no Brasil passamos por mais uma eleição. E o que pudemos testemunhar foi a tentativa de sacralizar a eleição ou demonizar candidatos. O voto é uma possibilidade de exercer cidadania, mas só tem sentido se também fiscalizarmos os candidatos eleitos para que cumpram com o seu papel de servir a população brasileira. Um voto em candidato desonesto implica em nossa co-responsabilidade na corrupção. Conforme posicionamento oficial da IECLB⁴, publicado em 14 de outubro de 2010, “é incompatível com a fé cristã sacralizar ou demonizar pessoas ou forças políticas adversárias”. É necessário, antes, analisar propostas, as possibilidades de serem exequíveis e cada qual decidir segundo sua consciência. “Guerra santa”, conforme Lutero, e lembrada na carta pastoral do Pastor Presidente da IECLB, Walter Altmann, deve ser rejeitada, pois é falsificação da Palavra de Deus, devendo resistir à tentação de reintroduzi-la na esfera política em nossas consciências.

Em posicionamento conjunto da IECLB e da IELB⁵, fica claro que a Igreja Cristã não pode ter partido político, mas, conforme a herança do pensamento reformador e dos preceitos de Jesus, questionar estruturas nocivas, provocar mudanças de atitude em favor dos oprimidos, não sendo apolíticos. O papel da Igreja é ser profética, assim como o foi em épocas de ditadura em que os direitos humanos foram infringidos, denunciando injustiças e propondo um trabalho com partidos visando a superação de

⁴ Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil.

⁵ Igreja Evangélica Luterana do Brasil.

tudo o que prejudica a construção de uma vida mais digna. Como cidadãos/luteros/as, conforme carta pastoral, somos chamados a ser “sal e luz” no mundo (Mateus 5.13-14), e o mundo é lá onde atuamos: casa, escola, trabalho, cidade, estado, país. Neste sentido, a partir do que pode-se testemunhar pela televisão, é uma idéia estranha aos herdeiros da Reforma do Século XVI, o compromisso de candidatos com igrejas cristãs de não mexer nesta ou naquela legislação, pois a igreja que se mancomunha com partidos políticos, está em seu seio reprovando e oprimindo os seus membros que tem uma opção diferente, logo coibindo a liberdade de consciência.

3. LUTERO, O PROTESTANTISMO E OS PENTECOSTAIS: UM CASO A PARTE

3.1. ELEIÇÕES E AGORA?

Eleições e a dúvida, as igrejas evangélicas vão se manifestar? Quais são suas motivações para a sua participação? Afinal, os evangélicos somam no total 20% da população brasileira, são 20% dos votos, direta ou indiretamente fundamentados nos princípios religiosos. Como elas vão se posicionar perante este período tão caro a democracia? Por que entrar, por que se envolver? Foi na tentativa de tentar responder a estas questões que no período que antecede as eleições procuramos acompanhar o trabalho desenvolvido em duas denominações pentecostais com vistas a saber como estes vêem a tensão entre o político e o religioso por ocasião deste momento específico para, com isso, contrapor a outras formas de organização presentes em algumas igrejas históricas como, por exemplo, a da igreja luterana.

De uma maneira geral, as duas denominações que foram estudadas no período que antecede as eleições apresentam semelhanças nas tensões entre o que diz respeito a religião e a política. Basicamente, isto se dá na forma como esses dois campos se configuram nos tempos de hoje. Em especial pelo fato de o Brasil ser um país laico mas que, ainda hoje, possui grande participação da Igreja Católica em diversos segmentos, é tentando barrar

esse avanço que os pentecostais a cada ano aumentam de forma significativa sua presença no campo político.

Neste sentido, por mais que seja uma questão atual estudar as relações entre a religião e a política, importa ter claro que essa associação não é nova e que desde o ano de 313, quando o Imperador Constantino adotou o cristianismo para permanecer na política, a religião aparece como aliada na articulação de novos papéis perante as novas exigências do seu povo. E, desde então, sai ano, entra ano, modificam-se as leis, modificam-se as configurações do estado, as ideologias, e tudo o mais, e o que permanece é a ligação entre religião e estado como forma de articulação do poder e do domínio das massas.

Neste sentido, sob a ótica dos dois reinos que propõe Lutero, se a Igreja está dentro do império/estado para as questões do mundo, o império/estado, também está dentro da Igreja para as questões do mundo de modo que a linha que demarca esses diferentes territórios de influência se mostra bastante tênue e porosa. Dito de outra forma, a igreja ao se envolver na política perde seu status sagrado e torna-se mundana, pois passa a assumir atividades materiais, quando outrora se dedicava a ser responsável pelo intermédio entre Deus e o indivíduo⁶.

Se seguirmos a história e apoiados em Dumont (1985), veremos que antes de Agostinho, os cristãos entendiam a igreja como uma instituição separada do Estado, do mundo em geral, ou seja, a igreja era totalmente o oposto de tudo o que representava as ações humanas. Cabia a ela, portanto, somente a intermediação entre Deus e as pessoas pois é esta sua função. Mas, com Agostinho reclamando o Estado para ser julgado por Deus, essa relação se altera.

E é desta relação onde diminui o campo da natureza e alarga o da providência divina que nos ocuparemos da forma como as igrejas Encontro de Fé e Quadrangular buscam na política uma representação coletiva,

⁶ Sobretudo, a idéia que prevalece no conjunto da obra de Lutero é a idéia central de que o cristão deve atuar no estado de forma ética, cobrando o serviço do estado por todos os cidadãos.

via de regra, pela necessidade de conservar e de reforçar seus sentimentos coletivos que lhe outorgam uma unidade e personalidade únicas. Veremos, no presente texto, portanto, como cada uma destas denominações se ocupa das coisas do mundo e das coisas de Deus e de que forma gerenciam essa relação a partir dos dois estatutos proposto por Lutero.

Outrossim, o que temos de comum entre essas duas denominações reside no fato de que ambas se caracterizam por uma forte estrutura hierarquizada onde as decisões, a exemplo do modelo promovido pela Igreja Universal do Reino de Deus, são tomadas por uma cúpula dirigente (Santos & Schweig, 2004; Schoenfelder, 2008; Schoenfelder & Paz, 2006). Além disso, os fiéis em geral seguem o voto das lideranças e daquilo que estes consideram melhor para o grupo. Seu capital social reside, portanto, no número de fiéis que são mobilizados e no quanto eles são capazes de administrar essa massa de votos em favor das necessidades dos evangélicos e daquilo que estes consideram importante intervir na arena pública.

Veamos agora, na prática através do estudo de igrejas pentecostais, qual o resultado da dissociação da igreja e do Estado, a partir da proposição de Lutero e da separação do mundo espiritual e do mundo material, de forma que elas andem juntas sem ter o mundo material influenciando no mundo espiritual e ter o mundo espiritual influenciando no mundo material a partir dos princípios bíblicos. Trazendo de volta o que se havia perdido, com a união da igreja e do Estado, em 313, que foi a distinção do sagrado e do profano no mundo. Uma vez que a igreja se une ao Estado o intocável se mescla com o tocável, causando confusão nos papéis, conforme vimos acima. Para isso, analisaremos duas igrejas pentecostais, distintas uma da outra, porém próximas em alguns aspectos, condizentes com a realidade atual da relação da religião com a política⁷.

⁷ Em verdade, importa lembrar aqui que Lutero não está separando, mas sim distinguindo papéis pois para ele existe uma distinção em administração, pois estamos todos neste enorme barco que é o mundo, precisamos viver nele e, neste sentido, o Estado evita o caos. O uso que fazemos do termo separação deve-se, sobretudo, a estarmos pensando, a luz das teorias de secularização e dessecularização, a forma como se dá a relação entre o secular e o não-secular.

3.1.1 O Ministério Encontros de Fé

Presidido por Isaías Figueiró, o Ministério Encontros de Fé foi fundado em 1993. Conta com cerca de 16 mil membros e têm uma posição bem clara acerca do político e do religioso, na medida em que considera que a política é a sociedade ativa. Por sociedade ativa entende-se que a sociedade participa da sua própria organização tendo um objetivo maior, qual seja, o bem comum da nação. Neste contexto, a religião é entendida dentro de um contexto social mais amplo no qual ela é chamada a influenciar outras esferas da vida social, mas com ressalvas, na medida em que a religião deve influenciar a sociedade sem, contudo, ser influenciada por ela. Neste sentido, Isaías Figueiró pondera que os pentecostais devem se fazer presentes em todos os âmbitos da sociedade, inclusive na política.

Em suas palavras, a sua relação com a política consiste em votar, participar e opinar. Por isso, considera importante que as lideranças religiosas tenham pontos de vista e opiniões definidas pois não há como o ser humano ser metade político e metade religioso. Sendo convicto em sua fé, ele analisará com sabedoria e prudência os candidatos que se apresentam escolhendo aquele que melhor se enquadra nos valores cristãos que são buscados no momento da escolha de um nome para representá-lo no parlamento.

No que se refere a dinâmica do processo e como ela se dá no interior do Ministério de Encontros de Fé, os candidatos não são escolhidos por lideranças como acontece em outras igrejas, mas, sim, estes se apresentam e desenvolvem seu trabalho fora da Igreja pois esta não costuma dar espaço para manifestações públicas dentro do templo, salvo no caso de alguma autoridade política reconhecida. Neste sentido, temos que na hora de votar os fiéis avaliam os valores espirituais e morais e procuram os que melhor se encaixam nos valores bíblicos. Do ponto de vista prático, não são partidários e não concordam com a existência de uma igreja dentro de um partido pois os evangélicos não devem ser representados por um partido mas sim por todos.

Do seu ponto de vista, a política só resolve os problemas da sociedade

quando segue valores éticos e morais de acordo com o ensinamento da Bíblia. Disso decorre que na hora de votar importa analisar dois aspectos relativos o candidato, quais sejam, a ideologia do partido e a pessoa. Sua justificativa para essa postura reside no fato de que muitas vezes “tu pode votar numa pessoa que tem as melhores intenções do mundo, mas se o partido não ajudar, acaba por impedir o trabalho do cristão que lá está”. Por isso, muitas vezes, são apoiados candidatos não praticantes, mas que possuem valores cristãos, nos quais se tenta conjugar o fato deste ser um bom administrador, qualificado e instruído, com os valores cristãos que esse possui.

Igualmente, no âmbito mais geral temos o Conselho de Pastores que não se posiciona politicamente em favor de nenhum candidato, mas que instrui as igrejas a ele ligadas em relação a ética e aos princípios de coerência daquilo que acreditam. Nesse sentido, acaba por condicionar a escolha dos candidatos a esses princípios, uma vez que não podem apontar alguém que vá contra aquilo que pregam. Nas palavras de Figueiró, fazer isso seria como “dar um tiro no próprio pé”. Da mesma forma, conforme relatado, as igrejas, enquanto instituições, não possuem uma candidatura própria ao parlamento, mas costumam apoiar aqueles que se enquadram no perfil desejado.

Sob sua ótica, os pentecostais não precisam de um tratamento diferenciado pois são cidadãos e na própria igreja possuem pessoas qualificadas para a política. Contudo, não estimula a candidatura de lideranças por pondera que se devem apoiar líderes políticos com uma visão cristã e não líderes cristãos com visão política. A seu ver, um político com princípios cristãos tem que olhar para os princípios da justiça, pois foi votado não para defender a fé ou a igreja, mas sim para servir a sociedade com base em princípios religiosos.

Neste aspecto, é bem clara a posição do Ministério Encontros de Fé, uma vez que quem leva a fé para a sociedade é a igreja e não o político, pois, este não foi eleito para evangelizar o parlamento ou o político, mas sim, para lutar por princípios morais e éticos ligados a sua crença religiosa.

3.1.2. A igreja do Evangelho Quadrangular

Pastor Hamilton, líder de 17 igrejas do Evangelho Quadrangular em Porto Alegre, discorre a respeito de como vê a relação da igreja com a política. Por tratar-se de uma igreja com destacada preocupação com o meio social, foi criado um departamento para tratar de assuntos relacionados ao bem-estar social e à sociedade em geral. Trata-se da Secretaria Nacional da Cidadania (SNC). A criação desse departamento, como exposto pelo próprio pastor, é a prova do seu envolvimento com a política. Concebida como base das estruturas sociais, a política é assunto que não deve ser deixado de lado. Antes, é concebido como tema primordial por se relacionar diretamente com formas de viver na sociedade. É, dessa forma, vista como uma responsabilidade social, sem precedentes, o seu envolvimento em favor da nação, dos direitos humanos, morais e éticos.

Tendo esses princípios tão arraigados no âmago dos ideais religiosos, a Igreja Quadrangular não poderia deixar de manifestar sua revolta perante as leis que estão tramitando no Congresso Nacional, uma delas sendo a chamada “lei da mordaca” que prevê uma alteração na redação da lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989, a saber: “para que defina os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero”.

No novo texto desta lei é prevista a prisão de dois anos para padres e pastores que se opuserem ao casamento de homossexuais, bem como qualquer manifestação preconceituosa em relação a eles, seja em rádio, televisão, jornal, trabalho ou na manifestação da Bíblia, durante sermões. Não só em relação a homossexuais, mas também em relação ao aborto.

Estas questões associadas mobilizaram a Igreja Quadrangular, e não só ela, conforme foi visto no texto de Oro e Mariano, neste volume. E é na Bíblia que as igrejas buscam o argumento para suas mobilizações. “Deus dá a vida e somente ele pode tirá-la”. Essa é a defesa utilizada pelo pastor Hamilton para se articular nas eleições. Outro argumento é este: “Deus criou Adão e Eva para povoar o mundo”. Assim sendo, é inconcebível e inaceitável a união de duas pessoas do mesmo sexo, pois o propósito final não será alcançado. O mesmo ocorre em relação ao aborto.

Assim, as igrejas reivindicam o direito de poder expressar sua opinião, acreditando estar defendendo os valores morais e éticos da sociedade, utilizando-se da Bíblia como referência do ideal comportamental para uma sociedade sadia e bem estruturada.

Enquanto se articulam contra todos os que são a favor dessas leis, Pastor Hamilton aponta para lacunas que acredita não estarem sendo preenchidas na sociedade, tais como as relacionadas às pessoas com baixa renda que são obrigadas a morar na rua e a passarem fome. Ou seja, para o representante da Igreja Quadrangular, ao invés do governo se ocupar com leis que não condizem com as Escrituras Sagradas deveria se dedicar a quem passa necessidade.

Neste sentido, ao menos nas falas dos seus representantes entrevistados, as igrejas Quadrangular e Encontros de Fé não justificam sua inserção no campo político na busca de privilégios únicos ou de leis que beneficiam o povo evangélico. Eles reivindicam leis para toda a sociedade, lutam pela preservação da vida, pelo que está escrito na Bíblia, pela moral, pela ética, principalmente lutam pela família e pela liberdade de culto.

A forma que a Igreja Quadrangular leva as informações sobre suas decisões aos fiéis em relação à postura da igreja durante o período eleitoral consiste em produzir vídeos e em manifestações dos pastores durante os cultos, ou internet. Porém, ressaltam que, em última instância, cabe aos próprios fiéis a escolha do candidato para votar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode perceber, os posicionamentos do protestantismo histórico e dos pentecostais são, em sua essência, semelhantes no que tange às relações entre os dois reinos, segundo as proposições de Martinho Lutero. A diferença reside mais na forma como ambos se colocam na cena pública em função das instituições que representam. Em verdade, a separação entre os dois reinos é bem clara na medida em que a igreja pode se envolver nas coisas do mundo, na proposição de leis, etc., mas que não deve com isso perder sua identidade.

Viver entre os dois reinos é, para os evangélicos, tanto históricos quanto pentecostais, conciliar a fé e os princípios religiosos com as coisas mundanas⁸, não necessariamente através de candidatos próprios, como acontece com a IURD e outras igrejas, mas através da tomada de uma posição clara em relação às coisas seculares. Estar na política é para estes, posicionar-se, lutar pelos anseios do povo, opor-se ao que não está de acordo com o Evangelho. Grosso modo, podemos dizer que, comparativamente, os protestantes e os pentecostais assumem posturas semelhantes variando apenas no grau de flexibilidade e na força que a instituição assume em cada um dos casos. No caso dos primeiros, com documentos oficiais que reafirmam publicamente posições assumidas há muito tempo e, nos segundos, mediante a vontade de lideranças religiosas em se envolver, ou não, nos pleitos eleitorais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

STAHLHOEFER, Alexander De Bona. “Política” em Lutero: Uma análise a partir da doutrina dos dois regimentos. IN: Revista Brasileira de História das Religiões ANPUH, ano 2, n. 5, 2009. pp. 241-258

DUMONT, Louis. O individualismo. Uma perspectiva antropológica sobre a ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

EBELING, Gerhard. O pensamento de Lutero. São Leopoldo, Editora Sinodal, 1988.

LAU, Franz. Lutero. São Leopoldo, Editora Sinodal, 1974.

LUTERO, Martinho. À Nobreza Cristã da Nação Alemã, 1520. In: Martinho Lutero Obras Seleccionadas. V. 2. Trad. Ilson Kayser. São Leopoldo: Sinodal, 1995. p. 277-340.

LUTERO, Martinho. Da Autoridade Secular, até que ponto se lhe deve obediência. In: Martinho Lutero Obras Seleccionadas. V.6 1524. Trad. Ilson Kayser. São Leopoldo: Sinodal, 1995. p. 79-114.

⁸ Cabe lembrar aqui que, no caso dos luteranos o termo mundano não é utilizado, e sim, em seu lugar o termo esfera secular.

LUTERO, Martinho. Da Liberdade Cristã. São Leopoldo, Editora Sinodal, 1998.

LUTERO, Martinho. Da autoridade secular: A obediência que lhe é devida (1523). São Leopoldo: Sinodal, 1979, p. 102.

LUTERO, Martinho. À Nobreza Cristã da Nação Alemã, 1520. In: LUTERO, Martinho. *Obras Selecionadas*, v. 2, São Leopoldo, Sinodal, 1995, p. 302.

SANTOS, Márcio Martins; SCHWEIG, Grazielle Ramos. Irmãos e companheiros: a campanha dos candidatos da igreja universal nas eleições 2004 em Porto Alegre. IN: Debates do NER, Ano 5, n. 6, 2004. pp. 83-112.

SCHOENFELDER, Rosilene dos Santos. Feliz a nação cujo Deus é o Senhor: Um estudo antropológico sobre a escolha dos candidatos oficiais da Igreja do Evangelho Quadrangular no Rio Grande do Sul. IFCH/UFRGS, 2008. [Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Sociais]

SCHOENFELDER, Rosilene dos Santos; PAZ, Joice Lisa Zenatti. A Igreja do Evangelho Quadrangular nas Eleições 2006: A disputa pela vaga de Deputado Federal, IN: Debates do NER, Ano 7, n. 10, 2006. pp. 27-38.

Documentos acessados na web

Carta Pastoral pelo fim da Guerra Santa nas Eleições in: HYPERLINK “<http://www.luteranos.com.br>” www.luteranos.com.br

Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e Igreja Evangélica Luterana do Brasil . Eleições 2010. in: HYPERLINK “<http://www.luteranos.com.br>” www.luteranos.com.br

